

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

J. M
Silva

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 IDENTIFICAÇÃO

Identificação: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, I.P.

Endereço: Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55 1250- 190 Lisboa

Tutela: Presidência do Conselho de Ministros

Regime Jurídico: Instituto Público

Regime Financeiro: Autonomia Financeira e Administrativa e Património próprio

8.1.2 LEGISLAÇÃO

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio – Decreto Lei nº98/2011(revisto pelo Decreto Lei 132/2014).

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional efetiva está esquematizada sob a forma do organograma aposto no presente relatório. Ver Organograma

8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

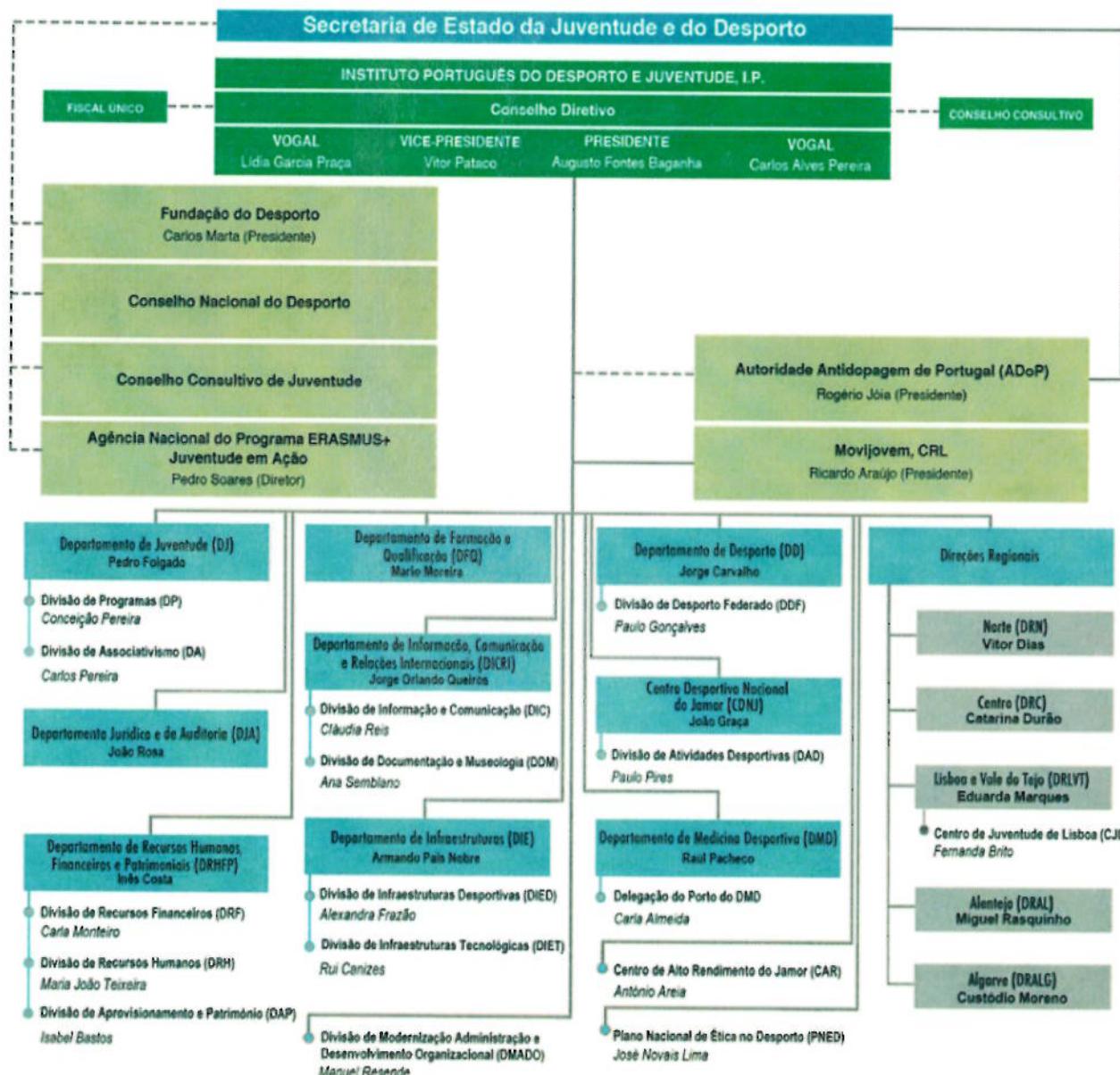
As principais atribuições do Instituto são as seguintes:

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;
- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetas para a prossecução da sua atividade;

- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
 - i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;
 - j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
 - k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
 - l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

J. NY
ento e
es de

Estrutura Organizacional





8.1.5 RECURSOS HUMANOS

- 1 — O IPDJ, I. P., é dirigido por um Conselho Diretivo constituído por presidente, vice-presidente e dois vogais, respetivamente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus.
- 2 — É, também, órgão do IPDJ, I. P., o fiscal único.
- 3 — É, ainda, órgão do IPDJ, I. P., o conselho consultivo do IPDJ, I. P.

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da IPDJ durante os exercícios de 2016 e 2015:

Cargo/Carreira/Grupo	Nº Médio de Colaboradores	
	2015	2016
Dirigente Superior de 1º Grau	1	1
Dirigente Superior de 2º Grau	3	4
Dirigente Intermédio de 1º Grau	15	14
Dirigente Intermédio de 2º Grau	14	13
Técnico Superior	129	124
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal Administrativo	139	132
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	31	25
Informático	4	3
Pessoal de Investigação Científica	4	1
Educ. Infântica e Doc. Do Ens. Básico e Secundário	4	4
Médico	4	5
Enfermeiro	2	1
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	4	2
Avenças / Tarefas	74	56

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do IPDJ, IP encontra-se informatizada e centralizada na sua sede, quer no que se refere ao processamento, quer no que se refere ao arquivo da documentação.

O IPDJ, IP utiliza um sistema de contabilidade que se enquadra no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que a maioria dos movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

Este automatismo existe graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e receitas e os códigos de contas previstos no plano de contas do IPDJ, IP.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

8.2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da IPDJ mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência, da materialidade e no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade do IPDJ ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os exercícios de 2016 e de 2015.

8.2.2 VALORES COMPARATIVOS

As demonstrações financeiras anexas apresentam valores comparativos face ao ano anterior em todas as contas.

8.2.3 CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pelo IPDJ na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Imobilizações corpóreas

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, começando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria nº. 671/2000 de 17 de Abril, e refletem a vida útil estimada dos bens como segue:

Rubrica	Anos de vida útil
Equipamento básico	2 a 8
Equipamento de transporte	4 a 6
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

J. M
ZP

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

Especialização dos exercícios

O IPDJ regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de "Acréscimos e diferimentos" incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de "Proveitos diferidos", sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

8.2.7 MOVIMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

Rubricas	Ativo bruto			Saldo final 31.12.2016
	Saldo final 31.12.2015	Aumentos	Abates Alienações e Regular	
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	-			-
Edifícios e outras construções	-			-
Outras construções e infra-estruturas	-			-
	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de Investigação e desenvolv.	-			-
Propriedade industrial e outros direitos	1 097 356,04			1 097 356,04
	1 097 356,04	-	-	1 097 356,04
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	14 904 101,79			14 904 101,79
Edifícios e outras construções	84 962 617,82	687 755,72	-22 400 982,97	63 249 390,57
Equipamento básico	9 552 822,53	980 849,18		10 533 671,71
Equipamento de transporte	797 537,16			797 537,16
Ferramentas e utensílios	15 741,07			15 741,07
Equipamento administrativo	9 445 265,12	426 381,19		9 871 646,31
Outras imobilizações corpóreas	2 344 151,86			2 344 151,86
Imobilizações em curso de imob. corp.	-		61 802,58	61 802,58
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-			-
	122 022 237,35	2 094 986,09	(22 339 180,39)	101 778 043,05
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital	4 436 579,92	334 420,51		4 771 000,43
Obrigações e títulos de participação	-			-
Outras aplicações financeiras	-			-
	4 436 579,92	334 420,51	-	4 771 000,43
	127 556 173,31	2 429 406,60	(22 339 180,39)	107 646 399,52

Em termos de Imobilizado Corpóreo refira-se que as principais aquisições deste exercício ocorreram nas rubricas “Equipamento Básico” e “Edifícios e Outras Construções”. Assim e relativamente ao Equipamento Básico, a maioria das aquisições relacionaram-se com equipamentos para o Laboratório Anti-Dopagem. Quanto aos “Edifícios e Outras Construções”, estiveram relacionadas essencialmente com o Complexo do Jamor.

Relativamente ao “Equipamento Administrativo” cerca de 122.000 Euros são relativos à aquisição de Licenciamento Microsoft/2016 - Renovação no Modelo Enterprise Agreement Subscription (EAS) e 90.000 Euros relativo à aquisição de servidores para a ADOP.

No que respeita às “Outras Imobilizações Corpóreas” elas dizem respeito ao projecto da Carta Desportiva.

Em termos de Investimentos Financeiros, refira-se que esta rubrica expressa as participações Financeiras na Movijovem, Fundação da Juventude e Fundação do Desporto. Recorde-se que a

L. N
L

participação na Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação (FDTI) foi entretanto eliminada já que a esta fundação foi extinta em 2012.

Esta rubrica apresenta assim a real posição de cada uma das participadas, pelo que o valor de 4.771.000,43 Euros se reparte da seguinte forma:

- Movijovem 3.451.162,40 Eur
- Fundação da Juventude 644.710,51 Eur
- Fundação do Desporto 409.930,72 Eur

Rubricas	Amortizações Acumuladas e Provisões		
	Saldo final 31.12.2015	Reforços	Abates e Alienações
			Saldo final 31.12.2016
Bens de domínio público:			
Edifícios e outras construções	-		-
Outras construções e infra-estruturas	-		-
	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:			
Despesas de Investigação e desenvolv.	-		-
Propriedade industrial e outros direitos	1 097 356,04		-179 139,70
	1 097 356,04	-	(179 139,70)
			918 216,34
Imobilizações corpóreas:			
Edifícios e outras construções	10 032 383,10	9 647 122,94	19 679 506,04
Equipamento básico	8 107 380,07	283 947,60	8 391 327,67
Equipamento de transporte	534 876,76	216 023,43	750 900,19
Ferramentas e utensílios	15 741,07		-881,91
Equipamento administrativo	8 516 096,16	354 526,50	8 870 622,66
Outras imobilizações corpóreas	2 150 822,89	91 846,17	2 242 669,06
Imobilizações em curso de imob. corp.	-		-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-		-
	29 357 300,05	10 593 466,64	(881,91)
			39 949 884,78
Investimentos Financeiros:			
Partes de capital	-		-
Obrigações e títulos de participação	-		-
Outras aplicações financeiras	-		-
	-	-	-
	30 454 656,09	10 593 466,64	(180 021,61)
			40 868 101,12

8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NA RUBRICA PROVISÕES

Em 2016 foram constituídas provisões para processos judiciais em curso de acordo com as avaliações de risco efectuadas pelo IPDJ e pelos seus advogados, no montante total de 846.061 Euros.

De entre os 8 processos para os quais foram constituídas provisões, a ação judicial interposta pela ABB, S.A. em outubro de 2011 sobre uma empreitada realizada no Centro Desportivo do Jamor é a que continua a ter o maior peso no total das provisões contabilizadas.



8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

Designação	Fundo Patrimonial				Saldo final 31.12.2016
	Saldo final 31.12.2015	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultado	
Património	87 513 425,49				87 513 425,49
Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas	3 099 661,32		440 000,08		2 659 661,24
Reservas livres	-				-
Subsídios	-				-
Doações	-				-
Reservas decorrentes transfº ativos	-				-
Resultados transitados	15 602 672,71		1 285,06	4 837 280,28	20 438 667,93
Resultado líquido do exercício	4 837 280,28	6 216 343,59	4 837 280,28	6 216 343,59	
	111 053 039,80	6 216 343,59	5 278 565,42	4 837 280,28	116 828 098,25

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de 4.837.280,28 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Relativamente aos "Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas" a diminuição de 440.000,08 Euros relativa a 2016 repartiu-se do seguinte modo:

1. Movijovem redução de 508.998,40 Euros
2. Fundação do Desporto aumento de 68.998,32 Euros

Por via desses movimentos os Fundos Próprios passaram de 111.053.039,80 Euros em 2015 para 116.828.098,25 Euros em 2016.

8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Vendas		
Publicações e Impressos	25,47	84,90
Outras	<u>490 512,02</u>	<u>457 568,58</u>
	<u>490 537,49</u>	<u>457 653,48</u>
Prestações de serviços		
Centro de Estágio da Cruz Quebrada	265 536,24	306 994,06
Centro Desportivo da Lapa	2 050,00	
Centro Desportivo Nacional do Jamor	1 448 979,90	1 408 682,62
Centro Nacional Medicina Desportiva Lisboa	48 835,64	82 090,45
Centro Nacional Medicina Desportiva Porto	53 498,77	85 535,03
Complexo Desportivo de Lamego		
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	118 035,64	118 944,01
Direcção Regional do Alentejo	17 033,00	18 335,10
Direcção Regional do Algarve	6 620,84	8 898,80
Direcção Regional do Centro	63 101,15	62 222,32
Direcção Regional do Norte	57 588,33	49 439,19
Laboratorio de Analises de Dopagem	170 413,22	323 584,86
Museu Nacional do Desporto	1 989,73	3 447,08
Outras prestações de serviços	<u>500 240,48</u>	<u>591 871,30</u>
	<u>2 751 872,94</u>	<u>3 062 094,82</u>
Impostos e Taxes		
Jogos Santa Casa	60 842 421,40	54 858 811,90
Bingo	<u>1 971 244,70</u>	<u>1 518 363,14</u>
	<u>62 813 666,10</u>	<u>56 377 175,04</u>
	<u>66 056 076,53</u>	<u>59 896 923,34</u>

8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2016	31.12.2015
Custos e perdas			
6.8.1	Juros suportados	10 075,67	14 501,00
6.8.2	Perdas em entidades ou subentidades		44 844,05
6.8.3	Amortizações de investimentos em imóveis		-
6.8.4	Provisões para aplicações financeiras		-
6.8.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis		-
6.8.7	Perdas na alienação de apl. de tesouraria		-
6.8.8	Outros custos e perdas financeiros		-
		<u>10 075,67</u>	<u>59 345,05</u>
	Resultados Financeiros	<u>764 344,92</u>	<u>192 307,73</u>
		<u>774 420,59</u>	<u>251 652,78</u>
Proveitos e ganhos			
7.8.1	Juros obtidos		-
7.8.2	Ganhos em entidades ou subentidades	774 420,59	251 652,78
7.8.3	Rendimentos de imóveis		-
7.8.4	Rendimentos de participações de capital		-
7.8.5	Diferenças de câmbio favoráveis		-
7.8.6	Descontos de pronto pagamento obtidos		-
7.8.7	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria		-
7.8.8	Outros proveitos e ganhos financeiros		-
		<u>774 420,59</u>	<u>251 652,78</u>

Os “ganhos em entidades” dizem respeito à quota-parte dos resultados do exercício de 2016 das seguintes entidades:

- Movijovem 774.195,20 Eur
- Fundação do Desporto 225,39 Eur



8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2016	31.12.2015
Custos e perdas			
6.9.1	Transferências de capital concedidas	-	-
6.9.2	Dívidas incobráveis	-	-
6.9.3	Perdas em existências	-	-
6.9.4	Perdas em imobilizações	-	-
6.9.5	Multas e penalidades	-	-
6.9.6	Aumentos de amortizações e provisões	-	-
6.9.7	Correções relativas a exercícios anteriores	88 836,55	-
6.9.8	Outros custos e perdas extraordinárias	-	-
		<u>88 836,55</u>	<u>502 655,94</u>
	Resultados Extraordinários	<u>507 289,49</u>	<u>591 492,49</u>
Proveitos e ganhos			
7.9.1	Restituição de impostos	-	-
7.9.2	Recuperação de dívidas	60 052,91	19 738,27
7.9.3	Ganhos em existências	-	-
7.9.4	Ganhos em imobilizações	-	-
7.9.5	Benefícios de penalidades contratuais	-	-
7.9.6	Redução de amortizações e de provisões	-	-
7.9.7	Correções relativas a exercícios anteriores	297 581,17	422 098,80
7.9.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	149 655,41	149 655,42
		<u>507 289,49</u>	<u>591 492,49</u>

Os "Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários" dizem respeito às transferências de capital obtidas relativamente aos projectos "Pista de Atletismo e Campo de Rugby" e "Carta Desportiva", nos valores respetivos de 61 mil euros e 88 mil euros.

L. AB
AOL

8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Para melhor interpretação das demonstrações financeiras, deve ainda ter-se em consideração os seguintes pontos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rúbricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

Designação	31.12.2016	31.12.2015
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento	-	
Retenções de impostos sobre rendimentos	1,10	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ ADSE	-	
Restantes impostos	-	
	<u>1,10</u>	<u>-</u>
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	-	
Retenções de impostos sobre rendimentos	-	
Imposto sobre o valor acrescentado	17 850,21	82 356,69
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ ADSE	1 036,69	
Restantes impostos	-	
	<u>18 886,90</u>	<u>82 356,69</u>

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rúbricas de Acréscimos e diferimentos decompõem-se como segue:

Designação	31.12.2016	31.12.2015
Acréscimos e diferimentos activos		
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Receitas Bingo	492 811,20	380 000,00
Receitas Santa Casa	<u>16 093 635,13</u>	<u>14 097 668,49</u>
	<u>16 586 446,33</u>	<u>14 477 668,49</u>
Custos diferidos:		
	-	-
	<u>16 586 446,33</u>	<u>14 477 668,49</u>
Designação	31.12.2016	31.12.2015
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	1 182 822,81	1 177 788,46
FT a receber 2016	5 535,00	
Outros Custos	<u>81 011,48</u>	<u>1 183 323,46</u>
	<u>1 263 834,29</u>	
Proveitos diferidos:		
Subsídios para investimentos	1 385 644,50	1 535 299,91
	<u>1 385 644,50</u>	<u>1 535 299,91</u>
	<u>2 649 478,79</u>	<u>2 718 623,37</u>

Os Acréscimos de Proveitos relativos às receitas da Santa Casa da Misericórdia e do Bingo dizem respeito aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2016 que só irão ser recebidas e facturadas em 2017.

Nos Proveitos Diferidos “Subsídios para Investimentos” está o valor relativo aos projectos da “Pista de Atletismo e Campo de Râguebi” e da “Carta Desportiva SAMA” respectivamente de 1.105.242,50 Euros e 280.402 Euros.

CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os custos com pessoal têm a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015	VAR
Custos com pessoal			
Remunerações dos órgãos directivos	254 467,32	123 482,00	130 985,32
Remunerações do pessoal	6 942 748,88	7 113 589,31	(170 840,43)
Pensões	5 636,89	23 205,57	(17 568,68)
Encargos sobre remunerações	1 669 622,01	1 680 243,51	(10 621,50)
Outros custos com o pessoal	<u>20 899,05</u>	<u>69 560,51</u>	<u>(48 661,46)</u>
	<u>8 893 374,15</u>	<u>9 010 080,90</u>	<u>(116 706,75)</u>

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015	VAR
Fornecimentos e Serviços Externos			
Electricidade	947 167,54	1 069 508,52	-122 340,98
Combustíveis	127 275,74	159 058,33	-31 782,59
Água	314 612,85	284 191,92	30 420,93
Outros fluídos	370 217,88	325 217,01	45 000,87
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		428,80	-428,80
Livros e documentação técnica	5 975,61	7 951,92	-1 976,31
Material de escritório	48 812,06	86 770,63	-37 958,57
Artigos para oferta	3 981,51	23 686,58	-19 705,07
Rendas e alugueres	826 834,95	587 802,74	239 032,21
Despesas de Representação		0,00	
Comunicação	646 070,31	564 604,95	81 465,36
Seguros	176 449,74	98 986,65	77 463,09
Transportes de mercadorias	18 034,33	20 717,30	-2 682,97
Deslocações e estadas	123 685,45	279 284,76	-155 599,31
Comissões		6,15	-6,15
Honorários	611 357,67	648 377,18	-37 019,51
Conservação e reparação	1 173 755,95	1 074 234,72	99 521,23
Publicidade e propaganda	47 378,77	113 375,47	-65 996,70
Limpeza, higiene e conforto	1 029 760,02	878 992,73	150 767,29
Vigilância e segurança	1 466 329,16	1 101 983,73	364 345,43
Trabalhos especializados	2 021 805,75	1 034 645,57	987 160,18
Outros fornecimentos e serviços	984 317,44	1 205 129,65	-220 812,21
	10 943 822,73	9 564 955,31	1 378 867,42

Lisboa, 16 de Maio de 2017

Anselmo Ferreira

O Conselho Directivo

Luís M. R.

Leonor Ferreira